

A “VIDA EFÊMERA” DA ASSOCIAÇÃO GOYANA DE ESPORTES ATHLETICOS – AGEA (1930 – 1934)

Jean Carlo Ribeiro¹

Fábio Santana Nunes²

Resumo: Este estudo busca analisar a trajetória da Associação Goyana de Esportes Athleticos (AGEA) no cenário esportivo goiano, entre os anos de 1930 e 1934. O recorte temporal considera os registros presentes no periódico *Correio Oficial – Estado de Goyaz*, que apontam a criação da entidade na Cidade de Goiás em 1930, assim como sua participação e influência regional no esporte, os debates impostos por diferentes atores e os elementos que sinalizaram seu desaparecimento. Criada para adequar o esporte goiano aos moldes daquele praticado em maiores centros urbanos, a AGEA sucumbiu, principalmente por projetar um modelo de institucionalização e organização esportiva que desconsiderou o contexto local e a complexa realidade esportiva já existente no estado de Goiás.

Palavras-chave: História; Esporte; Goiás.

The “ephemeral existence” of the Goyana Association of Athletic Sports – AGEA (1930 – 1934)

Abstract: This paper analyzes the trajectory of the Goyana Association of Athletic Sports – AGEA (Associação Goyana de Esportes Athleticos, original version in Portuguese) in the state of Goiás’ sports context between 1930 and 1934. The time frame considers records in the *Correio Oficial – Estado de Goyaz*, which point to the creation of the association in Cidade de Goiás, in 1930, as well as its participation and regional influence in sport; the debates imposed by different actors; and the elements that signaled its disappearance. Created to adapt the sport in Goiás to that practiced in larger urban centers, AGEA succumbed, mainly, by designing a model of institutionalization and sports organization that disregarded the local context and the complex sporting reality that already existed in the state of Goiás.

Keywords: History; Sport; Goiás.

La “vida efímera” de la Asociación Goyana de Deportes Atléticos – AGEA (1930 – 1934)

Resumen: El presente estudio pretende analizar la trayectoria de la Asociación Goyana de Deportes Atléticos – AGEA (Associação Goyana de Esportes Athleticos, en su original en portugués) en el ámbito deportivo de Goiás, entre los años 1930 y 1934. El periodo específico considera los registros presentes en el periódico *Correio Oficial – Estado de Goyaz* que señalan la creación de la entidad en Cidade de Goiás, en 1930, así como su participación e influencia regional en el deporte, los debates planteados por diferentes protagonistas y los elementos que marcaron su extinción. Fundada para adaptar el deporte goiano a los estándares del deporte practicado en los principales centros

¹ Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: jeancarlob@uft.edu.br. Miracema do Tocantins-TO, Brasil.

² Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: fsnunes@uefs.br. Feira de Santana-BA, Brasil.

urbanos, la AGEA sucumbió, sobre todo, por proyectar un modelo de institucionalización y organización deportiva que pasó por alto el contexto local y la compleja realidad deportiva ya existente en el estado de Goiás.

Palabras clave: Historia; Deporte; Goiás.

Introdução

Estudos relatam o início da trajetória do futebol em solo goiano a partir de 1907, ano em que foram registradas as primeiras partidas da modalidade na então capital, cidade de Goiás³. Ao final da década de 1920, a modalidade já não era uma atividade restrita aos privilegiados jovens de famílias abastadas, precursores desse movimento. O surgimento de equipes e a consequente realização de incontáveis partidas em diferentes municípios do estado já o caracterizavam como um fenômeno presente no cotidiano dos goianos (DIAS, 2013a).

Jogos e agitações em torno da modalidade arrastavam consigo comparações com outros estados; e, em função disso, eram apontadas e debatidas algumas “fragilidades” ainda presentes por ali. À época, “pairava” sobre Goiás o simbólico fardo que remetia a região a um lugar de abandono, isolamento, invisibilidade e um atraso próprio da “ruralidade” vinculada ao sertão brasileiro. Sua capital, a já bicentenária cidade de Goiás, que vivera da extração do ouro até fins do século XVIII, possuía, na década de 1920, uma população urbana de pouco mais de 10.000 (dez mil) habitantes. Entrincheirada entre os acentuados morros da Serra Dourada, de relevo acidentado, rotulada pela dificuldade de acesso e distante de regiões economicamente mais dinâmicas, aos olhos de muitos, era a fiel representação da estagnação vivida pelo estado (CHAUL, 2002; GOMIDE, 1999; GODINHO, 2013; OLIVEIRA, 2011; SANDES; ARRAIS, 2014).

Desde o início do século XX, era comum nos centros urbanos mais populosos do país, principalmente capitais, a presença de entidades (ligas, associações) formadas por clubes, a fim de gerirem a prática do futebol e de outros esportes⁴. Em Goiás, apesar da existência dos clubes esportivos, a falta de uma instituição que organizasse torneios e representasse as agremiações e o próprio estado em competições nacionais incomodava aqueles que, ao lançarem um olhar para o que já ocorria em outras localidades do Brasil, alertavam sobre essa lacuna no futebol goiano.

³ A cidade de Goiás foi oficialmente capital do estado de Goiás até 23 de março de 1937, quando Goiânia assumiu essa condição. A nova capital começou a ser construída a partir do lançamento de sua pedra fundamental em 24 de outubro de 1933 (CHAUL, 2002).

⁴ As primeiras entidades a congregarem equipes de futebol no Brasil foram a Liga Paulista de Futebol, fundada em São Paulo no dia 14 de dezembro de 1901; a Liga Bahiana de Sports Terrestres (LBST), fundada em Salvador em 15 de novembro de 1904; e a Liga Metropolitana de *Football* do Rio de Janeiro, fundada em 8 de julho de 1905 (DOMINGOS, 2019; SANTOS, 2009; SANTOS JUNIOR; MELO, 2013).

Considerando este panorama, uma associação esportiva foi criada na capital em julho de 1930. A entidade representava a expectativa das elites locais em organizarem e alavancarem práticas esportivas no estado, sobretudo, destinando à cidade de Goiás a centralidade dessas ações e consequentemente a condição de protagonista desse movimento.

Tendo em vista tais circunstâncias, este estudo se dedica a analisar a trajetória da Associação Goyana de Esportes Athleticos (AGEA) durante sua existência no cenário esportivo goiano, entre os anos de 1930 a 1934. O recorte temporal considera os registros que indicam o contexto de sua criação, assim como o desenvolvimento de suas ações no campo esportivo, os debates que gravitaram ao redor da associação e os elementos que sinalizaram seu desaparecimento.

Esse esforço almeja colaborar com uma historiografia do esporte (e do Lazer), que avança em direção aos diferentes sertões brasileiros tentando, inclusive, a partir de um recorte espacial citadino, esboçar um debate regional (NUNES; RIBEIRO, 2021; DIAS *et al.*, 2019; DIAS, 2020; 2018).

Nesta construção, o estudo conta com a contribuição de pesquisas historiográficas utilizadas para uma contextualização do lugar e do tema abordado, mas é a imprensa escrita que aqui se destaca como principal fonte de consulta, por meio do jornal *Correio Oficial - Estado de Goyaz*. O periódico teve a sua primeira circulação em 3 de junho de 1837 e, entre interrupções na sua distribuição e mudanças de nome, ainda hoje é o mecanismo de divulgação oficial do governo do estado. Durante o período pesquisado, além dos assuntos e decisões políticas, também se dedicava a noticiar fatos do cotidiano, incluindo aqueles voltados ao esporte, através de avisos, informes, opiniões, notas, colunas, editoriais, reportagens e entrevistas, permitindo uma aproximação com os acontecimentos do dia a dia esportivo da então capital do estado e de outras cidades do interior.

Em busca de informações sobre a AGEA, foram consultadas as edições do *Correio Oficial - Estado de Goyaz* publicadas entre 02 de janeiro de 1930 (n. 1.648) e 30 de dezembro de 1934 (n. 2.926). Esse material se encontra disponível em formato impresso, encadernado e ordenado por períodos na Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-Goiás), nos acervos do Arquivo Histórico Estadual, localizado na Praça Cívica, no centro da cidade de Goiânia, atual capital do estado. A consulta foi feita manualmente, selecionando matérias que indicavam a presença de palavras ou termos relacionados ao universo da AGEA, o que permitiu acesso ao Estatuto da AGEA, documento também analisado. O manuseio de todo esse material de consulta, seguiu as recomendações sobre uso de periódicos como fontes históricas indicadas por Luca (2019) e Barros (2019).

O surgimento da AGEA

Em 1927, no Rio de Janeiro, um correspondente de um jornal da cidade de Goiás mencionava com pesar a ausência de uma equipe do estado no campeonato brasileiro de seleções estaduais daquele ano. O torneio, organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD⁵) desde 1922, estava em sua 6^a (sexta) edição, até então sem a participação de uma seleção goiana (DIAS, 2013a). Todos os estados das regiões sul, sudeste e nordeste (com exceção do Rio Grande do Norte) já teriam enviado equipes ao torneio. Da região norte, a seleção do Amazonas registrou presença no evento de 1925.

Essa situação incomodava uma elite econômica, intelectual e política da antiga capital, que considerava a superação da precariedade esportiva um dos caminhos que deveriam ser trilhados para o progresso goiano (DIAS, 2013b). A inexistência de uma seleção de futebol que representasse Goiás em torneios nacionais era uma das consequências que a falta de uma entidade representativa trazia naquele momento. Além disso, segundo os entusiastas do esporte, uma instituição esportiva aglutinadora facilitaria e incentivaria o surgimento de clubes e campeonatos, alavancando a cultura atlética local. O assunto se tornou recorrente no cotidiano da capital, e com o apoio e participação de comerciantes, artistas, políticos, jornalistas, poetas e escritores a Associação Goyana de Esportes Athleticos (AGEA) passou a existir a partir de 14 de julho de 1930 (DIAS, 2013a).

No mês seguinte, os estatutos da nova entidade foram publicados no *Correio Oficial* (n. 1.727, 2 ago. 1930, p. 10; n. 1.728, 5 ago. 1930, p. 9-12). Mas o envolvimento da comunidade (em destaque um grupo de mulheres organizadas em um “Comitê Feminino Pró-Estádio”, que colheram assinaturas e recursos para a construção do espaço esportivo; e a elite econômica e intelectual vilaboense⁶) não seria suficiente para descentralizar o mérito da criação da AGEA, que seria direcionado a um paulista: Antônio Genaro Rodrigues. Funcionário dos Correios, recentemente transferido a Goiás, acumulava experiências como árbitro e dirigente esportivo em São Paulo. Ao chegar à capital goiana, no final de 1929, deparou-se com a lacuna existente na gestão esportiva, terreno fértil para sua ativa participação do processo de criação da AGEA (DIAS, 2013a).

O protagonismo de Genaro se evidenciou na importação de estatutos, códigos e regulamentos da Associação Paulista de Esportes

⁵ A Confederação Brasileira de Desportos (CBD) foi uma entidade fundada em 20 de agosto de 1914, no Rio de Janeiro, com a missão de fomentar a prática esportiva no país (LOTT, 2021).

⁶ Gentílico da cidade de Goiás, que remete à antiga “Vila Boa de Goyaz”, denominação que identificava a cidade durante o período colonial.

Athleticos⁷, entidade da qual havia sido representante, tomando tais documentos como modelos para a coirmã goiana. Se, por um lado, as experiências trazidas pelo esportista paulista facilitaram a formalização de uma associação; por outro, ao assumir a natureza elitista e centralizadora expressa nesses documentos, Genaro e seu grupo de apoiadores demonstraram pouca sensibilidade em perceber particularidades presentes no contexto sociocultural e econômico goiano. Em função disso, a AGEA, desde seu surgimento, arrastava consigo problemas que comprometeriam o seu prenunciado papel de organismo aglutinador e promovedor do esporte.

A pouca importância à realidade regional ficou evidente nos estatutos em forma de exigências que dificultavam a filiação da maioria dos clubes do estado. A cobrança de taxas, a centralização na cidade de Goiás, a necessidade de formalidades jurídicas, entre outras obrigações, criavam obstáculos para que equipes já existentes constituíssem vínculo com a nova entidade (CORREIO OFFICIAL, n. 1.727, 2 ago. 1930, p. 10; CORREIO OFFICIAL, n. 1.728, 5 ago. 1930, p. 9-12).

Desde a década de 1920, a cidade de Goiás contava com equipes como a dos Sargentos, dos Operários, do Tiro de Guerra 78, do Ibsen Caiado, do Anhanguera e do *Club Athletico União Goyana* (DIAS, 2013a). Mesmo com essa agitação, apenas o C. A. União Goyana se juntaria ao América Esporte Clube e ao Brasil Central Athletico Clube para se associar à recém-criada AGEA (RIBEIRO, 2021). Longe do esperado, a movimentação proposta resultou na adesão de somente três clubes esportivos, todos da cidade de Goiás e vinculados às tradicionais elites locais. As demais equipes da capital e várias outras de cidades do interior continuariam atuando sem maiores preocupações dos envolvidos com estatutos e outros requisitos jurídicos, firmando acordos de partidas amistosas entre si, sem se submeterem a qualquer entidade ou liga.

Os estatutos da AGEA reforçavam uma outra questão: a prevalência do futebol em relação a outras práticas esportivas. Apesar do texto incentivar a filiação de clubes e ligas esportivas de qualquer modalidade e apontar como propósito da entidade “deliberar sobre qualquer assunto que interesse ao desenvolvimento dos esportes no Estado de Goiaz”, no artigo 2º, a primeira alínea restringia sua finalidade à direção dos “esportes terrestres”. A valer, muitos termos presentes no início do documento não passavam de mera retórica; os estatutos, ao tratarem de clubes, jogadores e campeonatos, inequivocamente eram direcionados ao futebol (CORREIO OFFICIAL, n. 1.727, 2 ago. 1930, p. 10; CORREIO OFFICIAL, n. 1.728, 5 ago. 1930, p. 9-12).

À frente da AGEA, Antônio Genaro Rodrigues demonstrava sua inclinação ao esporte bretão tornando-se um dos fundadores (além de

⁷ A Associação Paulista de Esportes Athleticos (APEA) foi uma entidade de futebol de São Paulo que organizou edições do campeonato paulista de futebol entre 1913 e 1936. Foi fundada em 1913, a partir de uma dissidência da Liga Paulista de *Foot-Ball* (FERNANDEZ, 2016).

primeiro presidente) do Brasil Central Athletico Clube. Surgido no dia 7 de setembro de 1930, na cidade de Goiás, menos de 2 (dois) meses após a criação da AGEA, explicitava sua prioridade logo no artigo segundo de seus estatutos (aprovados em 11 de outubro do mesmo ano), ao definir que tinha por finalidade a “Educação Physica de seus associados, e a propaganda de todos os esportes, principalmente o futebol” (CORREIO OFFICIAL, n. 1.761, 21 out. 1930, p. 4-7).

Estes mesmos termos estavam presentes nos estatutos da Associação Atlética União Goyana. Após sua fundação em 21 de abril de 1924 sob a denominação de *Club Athletico União Goyana*, a entidade teve suas normas aprovadas apenas em 15 de outubro de 1930, com a modificação do seu nome (CORREIO OFFICIAL, n. 1.762, 23 out. 1930, p. 4-7). Já o América Esporte Clube, fundado em 25 de março de 1930, aprovou seus estatutos em 16 de dezembro do mesmo ano (CORREIO OFFICIAL, 20 maio 1931, p. 8; CORREIO OFFICIAL, n. 1.911, 23 maio 1931, p. 5-6).

Toda essa movimentação ocorrida no segundo semestre de 1930 sugere um esforço de adequação para cumprir as exigências estatutárias de associação à AGEA. As diretorias dos três clubes, compostas na sua totalidade por *sportmen* ligados ao futebol e membros de famílias endinheiradas da cidade, bancariam a filiação de suas agremiações, crendo que esse modelo de organização seria necessário e o mais adequado para que o esporte pudesse “prosperar” e expandir além das fronteiras do estado. Para muitos, finalmente chegara a organização que aproximaria o futebol vilaboense e goiano da configuração existente em outras capitais e estados.

“Rebeldia” no futebol goiano

Pela maneira como vinha se difundindo no estado, o futebol tornava-se cada vez mais uma preocupação para as elites locais e essas, assim como em outros espaços urbanos do país, buscavam estabelecer elementos que pudessem diferenciar seus hábitos esportivos daqueles presentes entre as camadas menos privilegiadas da população. Ponderações e críticas sobre a prática da modalidade sem as fundamentações médica e científica necessárias, configuravam-se como uma tentativa de incluir características que diferenciasssem e elevassem o futebol praticado nos clubes esportivos a um patamar distinto daquele praticado sem os cuidados, orientações, organização, equipamentos e estruturas ditadas como indispensáveis.

Essa perspectiva foi evidenciada na reprodução de um artigo publicado no jornal *Diário de São Paulo* em 12 de junho de 1930, presente no *Correio Oficial – Estado de Goyaz* na edição de 21 de junho do mesmo ano. No texto, o médico Leite de Castro destacava a necessidade de cuidado e orientação para o exercício físico, criticando a prática do futebol sem uma preparação prévia para tal. Como chefe do

Departamento Médico da Liga de *Football* do Rio de Janeiro, denunciava a situação “agonizante da educação physica” demonstrando sua indignação pela inexistência de uma “regulamentação para uma orientação hygienica e salutar”, o que, segundo ele, desencadeava uma desordem observada pela classe médica na prática de esportes (CORREIO OFFICIAL, n. 1.710, 21 jun. 1930, p. 10). Ainda complementou:

Faz esporte quem quer e nunca quem pode. Inicia-se por onde se deve acabar. Esporte é um complemento do exercicio physico; só o praticam os que têm uma educação preparada e tiveram, previamente, os melhores proveitos physicos adquiridos. Só depois de aprimorada educação physica é que se deve fazer o esporte. Não se melhora uma raça e não se formam homens fortes com o esporte, pois não é crível conceber que se faça erguer uma casa sem alicerces! (CORREIO OFFICIAL, n. 1.710, 21 jun. 1930, p. 10).

Apesar da replicação do artigo, em Goiás, esses esforços dirigidos a um controle sobre a modalidade e sobre quem poderia praticá-la eram relativizados. Por ali, o futebol adentrou à década de 1930 impulsionado por uma popularização que contrastava com a ideia de que sua difusão em terras goianas, era fruto somente do surgimento de uma entidade sustentada por elites locais.

O *Correio Oficial* contribuía para a visibilidade das atividades esportivas, inclusive dos três clubes associados a AGEA, informando a população local sobre partidas e eventos. Logo no início de 1931, anunciava a vitória do quadro da A. A. União Goyana sobre a equipe do América E. C. no encharcado Campo do Areião⁸. A chuva que caiu durante aquele domingo não impediu que o jogo acontecesse “perante regular assistência” (CORREIO OFFICIAL, n. 1.832, 4 fev. 1931, p. 4).

As tardes de domingo pareciam despertar um novo ambiente para os esportes na capital. Os jogos chamavam a atenção dos moradores que, sem muitas opções de divertimentos na pacata cidade, prestigiavam as equipes. Jovens *footballers* procuravam as agremiações que, à medida que ganhavam novos adeptos, foram obrigadas a organizarem equipes de aspirantes ao quadro principal do clube, que geralmente disputavam partidas preliminares (CORREIO OFFICIAL, n. 1.850, 27 fev. 1931, p. 7).

O ato de oferecer jogos em homenagem a autoridades locais se tornou prática comum, utilizada como recurso de valorização do evento. Essa “bajulação social” acontecia com diferentes personalidades como políticos, bacharéis, jornalistas e militares, fato ilustrado no jogo entre Brasil Central A. C. e A. A. União Goyana. Na ocasião, o capitão do

⁸ Área de terreno arenoso localizada na parte mais alta da cidade de Goiás e utilizada para a prática de jogos esportivos, principalmente o futebol.

exército Floriano de Lima Brayner⁹ recebeu a deferência pela partida (CORREIO OFFICIAL, n. 1.848, 25 fev. 1931, p. 7).

Autoridades religiosas também eram homenageadas. Em outro jogo em que o Brasil Central A. C. enfrentou a equipe do América E. C., em março de 1931, as honras foram direcionadas ao ex-diretor do seminário Santa Cruz e vigário do bispado goiano monsenhor Joaquim Augusto Confúcio de Amorim. O árbitro das partidas era escolhido em comum acordo pelas equipes e, geralmente, tratava-se de um *sportman* conhecedor das regras do *football*, membro de diretoria (da AGEA ou de um dos clubes) ou algum jogador, como Waldemar Esselin, arqueiro da equipe da A. A. União Goyana que na ocasião do encontro, ficou responsável pela arbitragem (CORREIO OFFICIAL, n. 1.854, 4 mar. 1931, p. 7).

Os jogos contra equipes de cidades do interior (não filiadas à AGEA), em menor escala, também faziam parte dessa dinâmica. Ainda em fevereiro de 1931, em reunião entre diretoria e jogadores da A. A. União Goyana, foi decidida a ida do quadro principal para a cidade de Anápolis, com o intuito de disputar de uma partida com a equipe local (CORREIO OFFICIAL, n. 1.835, 7 fev. 1931, p. 7).

O Anápolis S. C., destaque na região desde a década de 1920, venceu o visitante e, aos membros do clube da cidade de Goiás, restou reclamarem do péssimo estado do campo e da falta de sorte de seu ataque, lamentando também a bola perfeitamente defensável que Waldemar Esselin, deixara passar. O jogo foi “pago” em abril, quando o time anapolino, em visita à capital, empatou com a A. A. União Goyana, frente a uma plateia de mais de 2.000 (duas mil) pessoas. A equipe do América E. C. também iria à cidade de Anápolis em setembro do mesmo ano (CORREIO OFFICIAL, n. 1.841, 14 fev. 1931, p. 7; CORREIO OFFICIAL, n. 1.879, 6 abr. 1931, p. 4; CORREIO OFFICIAL, n. 1.831, 8 set. 1931, p. 7).

As distâncias influenciavam a viabilidade dos encontros. A equipe do município de Rio Verde foi convidada pela A. A. União Goyana para uma partida em comemoração ao primeiro aniversário de ascensão da Aliança Liberal¹⁰ ao poder, em 24 de outubro de 1931 (CORREIO OFFICIAL, n. 1.831, 8 set. 1931, p. 7). A distância de mais de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros entre as duas cidades certamente contribuiu para que a partida não acontecesse, problema que não afetava

⁹ Durante a década de 1920, o capitão do exército Floriano de Lima Brayner, com apoio de outros *sportmen* que se tornariam membros da primeira diretoria da AGEA (como Cesar de Alencastro Veiga e Jacques Saddi), foi protagonista na estruturação e inauguração do “campo do areião”, principal praça de esportes da cidade, local dos jogos de futebol (CORREIO OFFICIAL, n. 1.848, 25 fev. 1931, p. 7).

¹⁰ Coligação política de oposição ao governo federal formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência da república nas eleições de 1º de março de 1930.

na mesma intensidade municípios mais próximos, como Anápolis, distante 150 (cento e cinquenta) quilômetros da cidade de Goiás. A equipe da vizinha Itaberaí também aproveitava a pouca distância da capital (por volta de 40km) para promover jogos amistosos. Naquele ano de 1931, o time itaberino enfrentou as três equipes filiadas à AGEA, tanto como anfitriã, quanto como visitante (CORREIO OFFICIAL, 24 abr. 1931, p. 2; CORREIO OFFICIAL, 26 maio 1931, p. 1; CORREIO OFFICIAL, 19 ago. 1931, p. 1; CORREIO OFICIAL, 11 ago. 1931, p. 1).

Os novos ares de organização esportiva, porém, não escondiam as dificuldades. Por meio da imprensa oficial, a AGEA dava sinais de sua limitação reconhecendo o grande número de *sportmen* que praticavam o futebol no interior e não eram filiados a clubes organizados juridicamente, nem legitimados pela mesma. Autodenominando-se a “entidade máxima que dirige o esporte”, fornecia uma lista de documentos necessários à filiação, que, além do registro em cartório, estatuto e relação de nomes da diretoria e de associados, exigia que o clube enviasse um documento comprovando a posse de uma praça de esportes, somando-se a isso uma quantia de 60\$000 (sessenta mil réis) relativa à primeira anuidade. A publicação não surtiria efeito, atestando que as exigências patrimoniais e financeiras estavam distantes da realidade das equipes esportivas existentes no estado naquele momento (CORREIO OFFICIAL, n. 1.866, 19 mar. 1931, p. 6).

Sem a filiação de novos clubes, o panorama ainda foi agravado quando a pretensão de envio de uma seleção goiana para a disputa do torneio interestadual de 1931, mais uma vez, restaria frustrada. Entre julho e setembro daquele ano, aconteceria a nona edição do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, e uma matéria publicada no *Correio Oficial* destacava que a AGEA ainda não cumpria a exigência da CBD de “um certo número de clubes filiados” para a disputa do torneio. Além de ser um fator impeditivo, o selecionado goiano só poderia ser escolhido pela diretoria da associação e junto aos clubes filiados (CORREIO OFFICIAL, n. 1.866, 19 mar. 1931, p. 6).

Com essas exigências, equipes do interior que já organizavam encontros desde as décadas de 1910 e 1920, e certamente possuíam bons jogadores, estariam impossibilitadas de fornecerem seus atletas a um selecionado goiano, o que provavelmente iria comprometer muito a qualidade técnica da equipe. Essa situação evidenciou limitações, tornando-se mais um incômodo para aqueles que acreditavam na necessidade de um protagonismo da capital no cenário esportivo do estado. Logo percebiam não possuírem a força necessária para projetarem os esportes, em particular o futebol, sem os clubes do interior.

Em 1931, o Brasil possuía 21 (vinte e uma) unidades federativas e, desse total, 19 (dezenove) já teriam enviado combinados de futebol para o campeonato brasileiro de seleções estaduais. No torneio daquele ano, somente os Estados do Piauí, Goiás (que nunca havia participado) e Santa Catarina não conseguiram organizar suas equipes, sendo que este

último já participara em outras quatro edições do torneio. Um indicativo de que o esporte goiano ainda era limitado às próprias fronteiras.

Ao completar seu primeiro ano de existência, a AGEA acumulava contratemplos, apesar da forçada referência como “entidade maxima do sport que vae colhendo optimos resultados no desenvolvimento dos jogos em Goyaz”. A essa altura, o comerciante Cesar de Alencastro, 1º vice-presidente da entidade, já assumira sua presidência em substituição a Genaro Rodrigues, que deixara a cidade de Goiás ao final de 1930¹¹. Um jogo festivo de alusão ao aniversário da entidade (14 de julho) seria disputado no Campo do Areião, curiosamente, entre o Brasil Central A. C. e uma equipe não associada à AGEA: o time do Tiro de Guerra 78 (CORREIO OFFICIAL, n. 1.950, 14 jul. 1931, p. 4).

Ainda em julho de 1931, a fundação de um “jornalzinho esportivo” foi cogitada através de uma nota no *Correio Oficial*. No texto, a falta de divulgação era apontada como um entrave no desenvolvimento do esporte como elemento de progresso. Com o objetivo de difundir ainda mais os jogos atléticos proporcionados pelos clubes locais nas tardes de domingo, a iniciativa, que nunca saiu do campo das ideias, projetava também maior intercâmbio com clubes do interior. A nota felicitava a iniciativa desde que houvesse “elevação de ideias e um pouco de desprendimento”, sugerindo a existência de tensões e antagonismos no ambiente do futebol (CORREIO OFFICIAL, n. 1.961, 26 jul. 1931, p. 3).

À revelia de qualquer querela, diferentes grupos se envolviam com a prática da modalidade, demonstrando que a influência da AGEA sobre a cidade e o estado era irrisória. Em outubro foi noticiado um jogo entre equipes formadas por *Chauffeurs* da antiga capital e estudantes do Lyceu de Goyaz. Uma matéria no *Correio Oficial*, demonstrando solidariedade à entidade, ressaltou que o jogo somente acontecera no Campo do Areião pela falta de um jogo “oficial”, certamente se referindo à ausência de um dos clubes filiados à AGEA (CORREIO OFFICIAL, 5 out. 1931, p. 1).

Antes disso, uma reunião para tratar de melhoramentos no Campo do Areião, com a presença de dois representantes de cada clube filiado foi anunciada. Sem especificar o tipo de benfeitoria, a notícia indicava que os clubes se comprometeriam a subscrever determinada quantia direcionada a proporcionar conforto aos expectadores dos jogos (CORREIO OFFICIAL, 19 set. 1931, p. 1).

O *Correio Oficial* empregava certo esforço na promoção de jogos tidos como “oficiais”, inclusive, dando a entender que faziam parte de um “campeonato da capital”, o que em sentido ortodoxo não acontecia. O termo, utilizado de forma alegórica, tentava direcionar certa distinção aos jogos de América E. C., Brasil Central A. C. e A. A. União Goyana. Ficaria com a reputação de “campeão” aquele que, dentre esses, obtivesse melhor

¹¹ Antônio Genaro Rodrigues deixou a cidade de Goiás e a presidência da AGEA depois de ser transferido dos Correios da Cidade de Goiás. O fato ocorreu após a mudança de governo desencadeada pelo golpe de estado que ascendera a Aliança Liberal e Getúlio Vargas à presidência do país em outubro de 1930 (DIAS, 2013a).

desempenho nos jogos entre si durante o ano, mesmo sem haver concretamente por parte da AGEA, a organização de um torneio com regulamento, tabela e calendário próprio (CORREIO OFFICIAL, 29 out. 1931, p. 1).

A notícia de um jogo entre o Brasil Central A. C. e o América E. C. em outubro de 1931 destacaria que apreciadores do futebol, “(...) saturados dos acontecimentos vulgares da capital (...)”, se preparavam para as emoções do embate, elevando o encontro a um patamar qualificado de divertimento, diferenciando-o de qualquer outro por conter as alardeadas qualidades associadas ao esporte (CORREIO OFFICIAL, 29 out. 1931, p. 1).

As festas organizadas pelos clubes também se configurariam como opção de divertimento às elites da cidade de Goiás. Ainda em setembro, a A. A. União Goyana ofereceu um baile organizado pelas senhoritas da alta sociedade. Estes eventos, além de arrecadarem fundos para o clube, serviam principalmente para exaltar algumas figuras e prestar homenagens. Neste, em especial, seria lembrado o “(...) papel saliente dos moços da União em prol do esporte em nosso Estado (...)”. Da mesma forma, seria lançado um alerta para que os mesmos não se deixassem “(...) dormir embalados pelo triunfo, mas continuassem sempre na trilha seguida a fim de que Goiaz pudesse ocupar o lugar que lhe está reservado no desenvolvimento físico” (CORREIO OFFICIAL, n. 1.831, 8 set. 1931, p. 7).

A “apatia” da AGEA

A chegada do ano de 1932 na cidade de Goiás, trouxe consigo além dos jogos de futebol, torneio de bilhar e festivais esportivos disputados entre alunos da Escola complementar, do Lyceu e do tiro de guerra 78. As equipes filiadas à AGEA seguiam com as disputas entre si e esporádicos encontros intermunicipais (CORREIO OFFICIAL, 6 maio 1932, p. 1; CORREIO OFFICIAL, 5 fev. 1932, p. 4; CORREIO OFFICIAL, 23 maio 1932, p. 1; CORREIO OFFICIAL, 26 mar. 1932, p. 7; CORREIO OFFICIAL, 29 mar. 1932, p. 8). Em março, por exemplo, a comitiva da A. A. União Goyana enfrentou aproximadamente 200km (duzentos quilômetros) de poeirentas estradas rumo à cidade de Bela Vista, para enfrentar a equipe local (CORREIO OFFICIAL, n. 2.140, 4 mar. 1932, p. 1).

A essa altura, o Brasil Central A. C. indicava problemas de fidelização de seus jogadores, o que comprometia a manutenção do seu quadro representativo. A diretoria fez uma convocação por meio do *Correio Oficial*, citando nominalmente jogadores e solicitando o comparecimento aos treinamentos. O mesmo pedido foi reforçado em junho, demonstrando que o problema persistia. Ao pedir aos jogadores impedidos de comparecer aos treinos a “fineza” de comunicarem à diretoria, os diretores denunciavam o problema da evasão de atletas que

deixavam o clube para compor os quadros do América E. C. (CORREIO OFFICIAL, n. 2.146, 11 mar. 1932, p. 4; CORREIO OFFICIAL, n. 2.161, 1 abr. 1932, p. 8; CORREIO OFFICIAL, n. 2.218, 14 jun. 1932, p. 4).

**FIGURA 1 – JOGADORES E DIRIGENTES
DO AMÉRICA ESPORTE CLUBE (1932)**



Fonte: Revista *Excelsior*: jul. 1932, p. 5.¹²

Mais um golpe contra a AGEA e a intenção de organizar e moldar o futebol goiano à maneira de outros estados. O Brasil Central A. C., aquele com menor tempo de existência, nascido em 1930 com o intuito de somar forças à recém-criada AGEA, pagaria o preço do desapego às equipes. Pequenas vantagens surgidas ou oferecidas aos jogadores fariam com que não se sentissem na obrigação de se fidelizarem a um clube.

Tais práticas atingiam pesadamente a AGEA com sua proposta de organização esportiva em campeonatos e formação da seleção estadual de futebol. Seguindo sua rotina, antes do fim do ano de 1933, o Brasil Central A. C. agendou jogos contra a A. A. União Goyana e ainda elegeu nova diretoria com mandato até o fim de 1934, demonstrando continuar em atividade (CORREIO OFFICIAL, n. 2.604, 11 nov. 1933, p. 8; CORREIO OFFICIAL, n. 2.611, 22 nov. 1933, p. 7; CORREIO OFFICIAL, n. 2.591, 21 out. 1933, p. 4).

A equipe da A. A. União Goyana também manteve a realização de partidas contra clubes de outras localidades como Ipameri e Pouso Alto (atual Piracanjuba). No interior do estado e indiferentes à existência da AGEA, um grupo de cidades favorecidas pela proximidade com os trilhos da estrada de ferro que adentrava Goiás por sua porção sul, mantinha intenso intercâmbio motivado por encontros futebolísticos. Além de Ipameri, partidas de futebol intermunicipais foram registradas em 1933 entre as cidades de Catalão, Bela Vista, Bonfim (atual Silvânia), Leopoldo

¹² Autor do registro não identificado.

de Bulhões e Vianópolis (CORREIO OFFICIAL, n. 2.552, 2 set. 1933, p. 3; CORREIO OFFICIAL, n. 2.537, 5 ago. 1933, p. 8; CORREIO OFFICIAL, n. 2.623, 8 dez. 1933, p. 8).

O propósito de uma entidade forte desmoronava paulatinamente e a inatividade da AGEA não passou despercebida. Em fevereiro de 1934, um artigo assinado sob o pseudônimo “H. B.” e publicado no Correio Oficial, não poupou ataques à diretoria da entidade, demonstrando que, depois de quase quatro anos de existência, a visível desarticulação era a causa do seu insucesso. O problema da falta de recursos foi amenizado pelo reconhecimento da inexistência de subvenção oficial, mas não faltaram acusações do pouco entusiasmo da diretoria, debate que traria à tona mais uma vez o nome de Genaro Rodrigues, ainda reconhecido como aquele que houvera “corrigido” a prática de esportes em Goiás, dando-lhe o cunho “moderno e evolutivo” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.679, 18 fev. 1934, p. 8).

Para o autor da nota, a AGEA dispôs de uma “vida efêmera”, sugerindo que a associação só “existiu” de fato enquanto Genaro, o “lutador incansável pela melhoria dos esportes”, estava a sua frente, ficando “acéfala” com sua saída. Com saudosismo, lembrou do movimento de “senhorinhas da capital” que, ainda em 1930, arrecadaram 3.000 (três mil) contos de réis na campanha para a construção de um estádio. Alegando uma “catalepsia” daqueles que ficaram à frente da associação, cobrou o valor arrecadado, questionando o paradeiro e a posse do montante, já que o estádio não fora construído (CORREIO OFFICIAL, n. 2.679, 18 fev. 1934, p. 8).

H. B. salientou a importância do esporte como elemento de fortalecimento da “raça”, partindo para uma comparação com outros estados, nos quais, ao contrário de Goiás, a prática esportiva seria “taxativa” em estabelecimentos de ensino e corporações. O antigo anseio de inserção do futebol goiano em torneios e campeonatos brasileiros foi levantado e, com esse argumento, conclamou clubes da capital e do interior a não deixarem a associação permanecer na “paralisia” em que se encontrava. Destacou que o “descaso” e a “apatia” da diretoria em questão (à frente da AGEA há mais de três anos) deviam ser superados, no aproveitamento do “bom desejo” que o governo do estado atual tinha no fomento à educação intelectual e física que poderia fazer de Goiás um centro de irradiação esportiva, assim como já seriam outros estados (CORREIO OFFICIAL, n. 2.679, 18 fev. 1934, p. 8).

Continuando os ataques em outro artigo publicado ainda em fevereiro, H. B. estendia sua crítica a aspectos regimentais que não previam outro problema: a constante troca de equipes por parte de jogadores. Sem deixar de ressaltar a falta de controle da AGEA que poderia ter o registro de todos os jogadores dos clubes, condenou esse “deselegante ato” de “pouco valor esportivo” de alguns *footballers* que, com essa postura, promoviam desavenças entre si e desunião dos clubes. O autor propunha uma divisão desta responsabilidade com os dirigentes

que, para ele, estariam sendo coniventes, colaborando para a decadência do esporte goiano, tornando especialmente o futebol cada vez mais desinteressante. Segundo H. B., um acordo entre os clubes não aceitando jogadores sem o devido “passe” era a solução para a nociva prática (CORREIO OFFICIAL, n. 2.685, 25 fev. 1934, p. 4).

As críticas continuaram no mês seguinte em nova publicação questionando a necessidade de existência da entidade, considerando a falta de resultados práticos. Mais uma vez mirando a diretoria, apontou um único erro de Genaro Rodrigues: a escolha daqueles que o sucederam. Com a evidente intenção de provocar uma renovação no comando da entidade, afirmou que todos os problemas do esporte em Goiás seriam consequência do erro irremediável de Genaro, que trouxera consigo uma diretoria que, após sua saída, perpetuara-se de forma discricionária à frente da AGEA (CORREIO OFFICIAL, n. 2.690, 4 mar. 1934, p. 2).

Tais provocações não passaram incólumes. Sebastião da Rocha Lima, secretário geral da AGEA (um dos poucos que ainda restavam na diretoria em 1934), encaminhou uma carta à redação do *Correio Oficial* expondo a precária situação da instituição. Informando saber a identidade do autor das críticas que se escondia sob o pseudônimo “H. B.”, Rocha Lima reconheceu a importância da figura de Genaro e do seu papel nos primeiros meses de vida da AGEA. Também ressaltou as boas intenções de César de Alencastro Veiga que, como primeiro vice-presidente, assumiu a entidade em caráter provisório cumprindo com o determinado nos estatutos; mas, ressaltou que o gradual afastamento de alguns membros reduziu as possibilidades de ação da diretoria, dando a entender que Veiga ficara sem apoio para conduzir a entidade (CORREIO OFFICIAL, n. 2.694, 8 mar. 1934, p. 4).

Outro argumento que utilizou para justificar a pouca atuação da associação revelava o nível de dependência que o grupo ainda mantinha em relação à figura de Genaro Rodrigues, mesmo após mais de três anos de sua partida. Rocha Lima afirmou que a substituição daqueles membros inativos da diretoria por novos nomes foi cogitada; contudo, a esperança de que seu fundador retornasse e assumisse novamente os rumos da entidade impediu tal ação. Veiga, por escrúpulo, entendia que originalmente os cargos eram de confiança e nomeação exclusiva de Genaro (CORREIO OFFICIAL, n. 2.694, 8 mar. 1934, p. 4).

O frágil argumento evidenciou a acusação de omissão. Essa subordinação dificultou o desenvolvimento esportivo a partir da lógica proposta pela AGEA, demonstrando, pelo menos por parte do que restou de sua diretoria, uma ingênua dependência. Para esses, a entidade necessariamente deveria ser referendada por um mito fundador, aquele que estabeleceria novos ritos, normas e hábitos, justificando a mudança para uma nova ordem. Contrariando esta expectativa, Genaro jamais retornou a Goiás para reaver as “rédeas” da entidade que fundara.

Em mais uma “confissão” presente na carta enviada à redação do *Correio Oficial*, Rocha Lima registrou que a diretoria sem Genaro não

passou para o “terreno da realidade”, limitando-se ao atendimento de solicitações pontuais dos três clubes filiados da antiga capital, como a reforma do Campo do Areião e a compra de um par de redes para seus *goals*. Tratou com ironia a acusação de perpetuação da diretoria, afirmando que o desempenho desta função só trouxe desafetos e contrariedades. Ele mesmo afirmou ter solicitado seu desligamento do cargo de secretário, tendo indeferidos os seus pedidos. Antes de finalizar, Rocha Lima ressaltou seu esforço individual para que a AGEA atingisse suas finalidades, citando diversas circulares emitidas e dirigidas a esportistas de diferentes municípios do estado, inclusive com modelos de estatutos para que, regularizados, os novos clubes pudessem se filiar. Diante de inúmeras investidas fracassadas, desistiu da tarefa limitando-se a cumprir o determinado pelo presidente. Ao final, ainda em tom irônico, desejava melhor sorte a um novo presidente da AGEA, “se o tiver” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.694, 8 mar. 1934, p. 4).

Mantendo o sarcasmo, outra manifestação sob o pseudônimo H. B. foi publicada tratando Sebastião da Rocha Lima como “nosso inteligente amigo Tãozinho”, rapaz “bem apessoado” e defensor de uma associação “natimorta”. Cesar de Alencastro Veiga, mesmo destacado como uma figura nobre, honesta e empreendedora, não foi perdoado pela falta de atitude como presidente em exercício ao deixar de nomear novos membros para a diretoria e muito menos aguardar o retorno de Genaro, o que na percepção do autor do artigo “matara” a entidade. Questionou a autoridade de uma diretoria formada por dois membros, colocando em dúvida a legitimidade das decisões tomadas com relação aos clubes e ao destino dos recursos em caixa. Criticou não ter sido ventilada a reorganização da diretoria da entidade, com abertura a novos membros, insinuando que o secretário geral Sebastião de Rocha Lima não havia renunciado por não querer abrir mão da expressão “Secretário geral da AGEA”, gravada sob a sua assinatura. Na parte final do texto, responsabilizou a diretoria pela “morte” da AGEA (CORREIO OFFICIAL, n. 2.700, 15 mar. 1934, p. 4).

Apesar do fatalismo, o posicionamento indicava a renovação como uma possibilidade de manter a associação em atividade. No dia seguinte à publicação deste último artigo, em março de 1934, o jornalista Mário Mendes, redator gerente do *Correio Oficial*, assinou uma nota convidando as diretorias da AGEA e dos três clubes filiados para uma reunião em busca de uma “solução harmoniosa”. Mesmo com esta intenção, termos já utilizados, como “inércia” e “falta de iniciativa”, seriam repetidos na nota em referência à diretoria da AGEA. Em destaque, a indicação de que o mandato da mesma seria respeitado na reunião ora convocada, apesar de, contraditoriamente, ser considerado como “já extinto” (CORREIO OFFICIAL, n. 2.701, 16 mar. 1934, p. 8).

Atenderam ao chamado, além de integrantes das diretorias da A. A. União Goyana, do América E. C. e do Brasil Central A. C., o presidente em exercício e o secretário geral da AGEA, respectivamente, Cesar de

Alencastro Veiga e Sebastião da Rocha Lima, que foram convidados a formar a mesa diretiva da reunião. Frente à recusa de Veiga, Mário Mendes assumiu o ofício, secretariado por Jaime Câmara, à época membro da diretoria do Brasil Central. Depois dos debates, foi eleita e imediatamente empossada a nova diretoria formada por Mário Mendes (presidente), Sebastião da Rocha Lima (vice-presidente) e Jaime Câmara (secretário geral), que assumiram a AGEA provisoriamente por um período de 50 (cinquenta) dias a partir de 18 de março de 1934. Rocha Lima, mesmo criticado, permanecia à frente da entidade. Outras questões ficaram definidas, tais como: a indicação de dois representantes de cada clube filiado para acompanhar os trabalhos dos “novos” dirigentes e o agendamento de reuniões semanais aos domingos (CORREIO OFFICIAL, n. 2.707, 24 mar. 1934, p. 8).

As reuniões aconteceram, mas os resultados talvez ainda estivessem longe de superarem os recorrentes problemas. Ao final de maio, mais de dois meses após a mudança de gestão e já findo o prazo estipulado para as ações ordenadoras da nova diretoria, outra manifestação foi publicada no *Correio Oficial*, desta vez assinada por G. Natto (outro pseudônimo). Identificando-se como dirigente de um dos clubes da capital, clamava pela “reorganização imediata” da AGEA e pela moralização dos costumes esportivos. Denominando-a de “mera entidade abstrata”, repetia acusações e responsabilizava a associação por estimular a rivalidade entre os clubes e ser inerte frente à falta de cavalheirismo entre *sportmen*. Segundo G. Natto, a entidade protegia jogadores sendo conivente com o problema de troca de equipes e a falta de diretrizes trazia como consequências a passividade dos clubes, o desinteresse do público e o reduzido entusiasmo de jogadores nos treinos. Apontando tais questões como obstáculos ao progresso esportivo de Goiás, defendeu a união dos clubes como forma de reerguer o esporte na antiga capital (CORREIO OFFICIAL, n. 2.758, 29 maio 1934, p. 8).

Ainda em maio de 1934, um torneio de futebol intermunicipal refletia as dificuldades na organização de eventos entre clubes. Preparado por esportistas da cidade de Pires do Rio (distante cerca de 300 quilômetros da Cidade de Goiás), em comemoração ao início do fornecimento de energia elétrica na cidade, o certame aconteceu com a participação dos donos da casa, e mais três clubes: A. A. União Goyana, União Esportiva Ipamerina de Ipameri e Regina Pacis, de Araguari, Minas Gerais, cidade distante aproximadamente 190 quilômetros de Pires do Rio. Os anfitriões, dirigentes do Ipiranga Futebol Clube, enviaram também convites a equipes de Anápolis, Catalão, Morrinhos e Pouso Alto, mas essas não compareceram ao evento (CORREIO OFFICIAL, 22 maio 1934, p. 1).

De acordo com a tabela do torneio, logo no primeiro jogo, o time de Pires do Rio enfrentou o Regina Pacis de Araguari, partida que terminou empatada. No dia seguinte, os donos da casa jogaram novamente, dessa vez contra o União Esportiva Ipamerina, perdendo o jogo para os

visitantes. O vencedor deste jogo enfrentaria o time da capital no dia seguinte, dando a entender que se tratava da final do torneio. Alegando “motivo justo”, a equipe de Ipameri, mesmo depois de procurada pela diretoria da A. A. União Goyana, recusou-se a disputar a partida (CORREIO OFFICIAL, 22 maio 1934, p. 1).

Na antiga capital, sem ter disputado uma partida sequer no torneio, a A. A. União Goyana foi anunciada pelo *Correio Oficial* como “campeã do estado de Goyaz” (CORREIO OFFICIAL, 22 maio 1934, p. 1)¹³. Após o alarde, a diretoria do clube lançou um desafio contra qualquer quadro ou combinado do interior para um jogo até o fim de junho na antiga capital, reclamando que nenhuma equipe de outra cidade havia aceitado os convites feitos (CORREIO OFFICIAL, n. 2.756, 26 maio 1934, p. 1). Situações como essa, forjadas com o intuito de evidenciar os clubes da cidade de Goiás, indiretamente dificultavam ainda mais a aproximação da AGEA aos dirigentes do interior do estado e, por consequência, seu reconhecimento como entidade representativa do esporte.

FIGURA 2 – JOGADORES E DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO ATLETICA UNIÃO GOYANA (1934)



Fonte: ALVES FILHO, 1982, p. 33¹⁴.

Outra manifestação de autoria do atacante Evers, da A. A. União Goyana, foi publicada em julho de 1934, e também fazia referência à “inoperância” da associação e à pouca iniciativa em mediar ações esportivas. O jogador relatou que, há algum tempo, cogitava-se uma partida entre sua equipe e o Uberabinha Esporte Clube, da cidade mineira de Uberlândia. A diretoria do clube vilaboense já havia declarado por meio do *Correio Oficial* seu interesse em disputar uma partida fora do estado, segundo o jogador, estabelecendo o “início de um intercâmbio

¹³ O *Correio Oficial*, em edição pgressa, havia anunciado a equipe do América E. C. como campeã do ano de 1933 (CORREIO OFFICIAL, n. 2.722, 14 abr. 1934, p. 4).

¹⁴ Autor do registro não identificado.

esportivo entre Goiás e Minas”¹⁵. Evers salientava que um encontro dessa natureza deveria ser organizado e patrocinado pela AGEA, e que a entidade deveria convocar os melhores jogadores dos clubes filiados para que, treinados em conjunto, pudessem formar uma equipe goiana à altura do jogo (CORREIO OFFICIAL, n. 2.794, 12 jul. 1934, p. 1 e 8).

A ideia não vingaria, e o futebol da capital ainda continuaria por mais tempo sem um encontro interestadual. Com quatro anos de existência, desacreditada e responsabilizada por todo e qualquer problema relativo ao esporte no estado, a AGEA teve acelerado seu processo de decadência. A ausência de notícias sobre a entidade a partir de 1934 revelaria seu abandono e desaparecimento do cenário esportivo goiano.

Àquela altura, o paulatino movimento de mudança da capital do estado para Goiânia (em construção desde outubro de 1933), certamente também contribuía para abreviar a vida da entidade. Logo, as iniciativas que poderiam ditar novos rumos ao esporte não estariam mais localizadas na cidade de Goiás. A transferência aos poucos impactava negativamente a movimentação financeira, os investimentos, o prestígio e, principalmente, a quantidade de moradores da cidade de Goiás.

No campo esportivo não seria diferente. Intensificado a partir de 1935, o êxodo de diferentes elementos envolvidos em tais práticas, deslocaria o eixo da organização e movimentação esportiva para a nova capital em construção. Esse cenário levaria à fundação de outra entidade em novembro de 1939, na cidade de Goiânia (já como nova capital do estado): a Associação Goiana de Esportes (RIBEIRO, 2021).

Vale destacar que, antes disso, na análise do panorama esportivo goiano e vilaboense do período entre 1930 e 1934, surge a necessidade de separação entre os problemas que apontavam a inoperância e a decadência da AGEA, da disposição para a organização e prática de diferentes modalidades esportivas que ocorriam na cidade de Goiás e em várias cidades do interior. Segundo Dias (2018), até metade da década de 1930, já havia registros de “vida esportiva” em pelo menos 24 (vinte e quatro) dos pouco mais de 50 (cinquenta) municípios do estado de Goiás. Novas modalidades davam vez em solo goiano; contudo, eram praticadas muito mais em função de iniciativas individuais daqueles comprometidos com o esporte e/ou vinculados a entidades educacionais e militares, do que por orientação de alguma entidade “organizadora” do esporte. Desenhados por características locais, os *sports* já haviam se tornado elementos importantes da sociabilidade goiana.

Considerações Finais

Considerando a proposta de sistematização e estruturação

¹⁵ Antes da década de 1930, há registros de equipes da cidade de Catalão (distante 35km da divisa com Minas Gerais) que, cruzando a fronteira do estado, realizaram jogos em cidades do triângulo mineiro (DIAS, 2013a).

esportiva expressa nos estatutos e modelo de gestão da AGEA, alguns apontamentos emergem. Essa pioneira tentativa de institucionalização, concretizada na criação da entidade, partiu de membros de elites da então capital, Cidade de Goiás, que condenavam a maneira como o esporte vinha se desenvolvendo no estado. Entre esses grupos, prevalecia o discurso da falta de adequação do esporte goiano (com ênfase ao futebol) aos moldes daquele praticado em centros urbanos considerados como referência e padrão, mesmo, obviamente, estando em realidades muito diferentes. Na busca por modelos ideais a serem reproduzidos, pouco ou nada seria debatido em relação ao contexto goiano e à complexa realidade esportiva já existente na região.

Outra característica desse debate está na centralidade da AGEA ao universo da cidade de Goiás, sendo ressaltada com frequência a necessidade de um protagonismo da então capital como um pretense polo irradiador do esporte. Essa referência dificultava a adesão de equipes do interior do estado que, indiferentes à tentativa de institucionalização, continuavam promovendo jogos e eventos à revelia de qualquer entidade. Como agravante, ainda pesava o fato de que, na diretoria da associação, sempre estiveram representadas somente as agremiações da capital.

Essa configuração sugere que, ao invés de fomentar a ampliação e o fortalecimento do esporte, a AGEA perspectivou seu controle, sendo ignorada na pretensão de desenvolver esta prática no estado de Goiás, conforme previsto em seus estatutos. Como agravante, destacava-se o hábito de copiar, acreditando que os modelos existentes fora de Goiás seriam ideais e adequados. Essa depreciação da identidade, da história e dos traços culturais locais, ou seja, daquilo que seria legitimamente goiano, logo de início, tornar-se-ia um grande empecilho na consolidação da AGEA.

Como consequência, a dificuldade de mobilização, inclusive na capital, adiou a possibilidade de formação de uma equipe de futebol que representasse o estado em partidas e campeonatos nacionais, frustrando uma aspiração de muitos apoiadores no processo de criação da entidade¹⁶. A incapacidade de fomentar a prática esportiva na organização de torneios também colocaria em evidência a fragilidade da associação. A AGEA jamais conseguiu organizar uma competição, e esse cenário se tornava terreno fértil para desentendimentos, acusações e mesquinhas de toda sorte, notabilizando a pouca experiência e a frágil visão estratégica de sua diretoria.

Aos olhos daqueles que entendiam o esporte a partir de uma lógica ordenada e racionalizada, durante a primeira metade da década de 1930, em Goiás, ainda predominava a improvisação e o descompromisso. Para os *sportmen* da capital, o protagonismo esportivo da cidade se mostraria cada vez mais difícil, e mesmo com relativo esforço e alarde, tal destaque nunca ocorreria na cidade de Goiás. Os maiores inimigos do

¹⁶ Somente em 1941, na 19ª edição do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, houve a participação de um selecionado goiano no torneio (RIBEIRO, 2021).

desenvolvimento almejado não estariam somente no isolamento, na pouca estrutura, na distância e na falta de recursos e investimentos – condições frequentemente utilizadas como justificativas aos obstáculos não superados. Além disso, o ambiente criado e alimentado pelos próprios envolvidos ainda seria um dos maiores percalços do sonhado desenvolvimento do esporte goiano.

A consolidação de Goiânia como município, em 1935, e o processo de transferência da capital em curso retiraram a Cidade de Goiás do suposto epicentro esportivo do estado. As atenções e novidades, inclusive no campo esportivo, seriam direcionadas à nova capital, planejada para ser um símbolo “civilizador” e de modernização do interior brasileiro.

Fontes

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.710. Secção Pedagógica, ano I, n. 2, 21 jun. 1930, p. 10.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, anno LXXV, n. 1.727, p. 10, 02 ago. 1930.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, anno LXXV, n. 1.728, p. 9-12, 05 ago. 1930.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.761, p. 4-7, 21 out. 1930.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO,, ano LXXV, n. 1.762, p. 4-7, 23 out. 1930.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.832, p. 4, 04 fev. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.835, p. 7, 07 fev. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.841, p. 7, 14 fev. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.848, p. 7, 25 fev. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.850, p. 7, 27 fev. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.854, p. 7, 04 mar. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.866, p. 6 e 7, 19 mar. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXV, n. 1.879, p. 4, 06 abr. 1931.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 24 abr. 1931, p. 2.

CORREIO OFFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 20 maio 1931, p. 8.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXVI, n. 1.911, p. 5-6, 23 maio 1931.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 26 maio 1931, p. 1.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXVI, n. 1.950, p. 4, 14 jul. 1931.

CORREIO OFFICIAL: Estado de Goyaz, Goyaz, GO, ano LXXVI, n. 1.961, p. 3, 26 jul. 1931.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 11 ago. 1931, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 19 ago. 1931, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 08 set. 1931, p. 7.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 19 set. 1931, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 05 out. 1931, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goyaz, GO, 29 out. 1931, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.118, p. 4, 05 fev. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.140, p. 4, 04 mar. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.146, p. 4, 11 mar. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.157, p. 7, 26 mar. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.159, p. 8, 29 mar. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.161, p. 8, 01 abr. 1932.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goiaz, GO, 06 maio 1932, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Secção noticiosa, Goiaz, GO, 23 maio 1932, p. 1.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVI, n. 2.218, p. 4, 14 jun. 1932.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.537, p. 8, 05 ago. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.552, p. 3, 02 set. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.591, p. 4, 21 out. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.604, p. 8, 11 nov. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.611, p. 7, 22 nov. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.623, p. 8, 08 dez. 1933.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.679, p. 8, 18 fev. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.685, p. 4, 25 fev. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.690, p. 2, 04 mar. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.694, p. 4, 08 mar. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.700, p. 4, 15 mar. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.701, p. 8, 16 mar. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.707, p. 8, 24 mar. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXVIII, n. 2.722, p. 4, 14 abr. 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXIX, n. 2.752, p. 1, 22 maio 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXIX, n. 2.756, p. 1, 26 maio 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXIX, n. 2.758, p. 8, 29 maio 1934.

CORREIO OFICIAL: Estado de Goiaz, Goiaz, GO, ano LXXIX, n. 2.794, p. 1 e 8, 12 jul. 1934.

REVISTA EXCELSIOR. Rio de Janeiro: anno V, n. 54, jul. 1932.

Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, João Batista. *Arquivos do futebol goiano*. Goiânia: Gráfica O Popular, 1982.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

CHAUL, Nasr Nagib Favad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907 - 1936. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 18, n. 1, p. 31-61, jan./jul. 2013a. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000>. Acesso em: 01 jun. 2021.

DIAS, Cleber. História do esporte no sertão brasileiro: memória, poder e esquecimento. *Materiales para la Historia del Deporte*. Universidad Pablo de Olavide. Departamento de Deporte e Informática. 0(10): 24-36, 2013b. Disponível em:

http://polired.upm.es/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/4241. Acesso em: 01 jun. 2021.

DIAS, Cleber. *Esportes nos confins da civilização: Goiás e Mato Grosso, 1866-1936*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

DIAS, Cleber *et al.* Esportes nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (org.). *Histórias do lazer nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. p. 137-162.

DIAS, Cleber (org.). *Depois da Avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020.

DOMINGOS, Rafael Vieira. Além da exclusão: o futebol paulista e o Sport Club Corinthians Paulista (1910-1912). *Humanidades Em diálogo*. v. 9 (1), 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/154283>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERNANDEZ, Renato Lanna. *O Jogo da Distinção: C. A. Paulistano e Fluminense F. C. – Um estudo da construção das identidades clubísticas durante a fase amadora do futebol em São Paulo e no Rio de Janeiro (1901 – 1933)*. 2016. 507f. Tese (Doutorado em História). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16641?locale-attribute=en>. Acesso em 02 jun. 2021.

GODINHO, Iúri Rincon. *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.

GOMIDE, Cristina Helou. *Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)*. 1999. 227f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, 1999. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/GOMIDE_Cristina_Helou_1999.pdf. Acesso em: 26 mai. 2021.

LOTT, Wanessa Pires. A política do esporte e a construção do estádio Mineirão. *FuLiA/UFMG, [S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 35–51, 2021. DOI: 10.35699/2526-4494.2020.20495. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/20495>. Acesso em: 16 jun. 2021.

LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2019. p. 111-153.

NUNES, Fábio Santana; RIBEIRO, Jean Carlo. Incidência histórica do esporte no Piemonte da Chapada Diamantina, sertão baiano, nas décadas de 1920 e 1930. *Cenas Educacionais*, v. 3, n. 6994, p. 1- 21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/6994>. Acesso em: 15 jun. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. *História*. São Paulo, v. 30, n.1, p.189-208, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/3hNSjmYrgYYk4KYphCGKBbk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2021.

RIBEIRO, Jean Carlo. *A capital dos esportes: poder, idealismo e hábitos físico esportivos no surgimento de Goiânia (1930-1945)*. Goiânia: Kelps, 2021.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *Revista Opsi*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 399-414, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/Opsi/article/view/27605>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SANTOS, Henrique Sena dos. Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em salvador, 1901-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1. jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/765>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge; MELO, Victor Andrade. Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, 27(3): 411-22. Jul-Set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092013000300008>. Acesso em: 15 jun. 2021.